

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira



*Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Elisângela Maura Catarino
(Organizadores)*



Atena
Editora

Ano 2020

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira



*Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Elisângela Maura Catarino
(Organizadores)*



Atena
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Camila Alves de Cremo

Edição de Arte: Luiza Batista

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais. Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Editora Chefe

Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará

Profª Drª. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional

Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ

Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Aspectos históricos, políticos e culturais da educação brasileira

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Elisângela Maura Catarino

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A838	<p>Aspectos históricos, políticos e culturais da educação brasileira 1 [recurso eletrônico] / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Maria Teresa Ribeiro Pessoa, Elisângela Maura Catarino. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-211-1 DOI 10.22533/at.ed.111202107</p> <p>1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Purificação, Marcelo Máximo. II. Pessoa, Maria Teresa Ribeiro. III. Catarino, Elisângela Maura.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.981</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.

APRESENTAÇÃO

É com imenso prazer que apresentamos a vocês caríssimos leitores a Coletânea “Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira”, composta por 71 textos, oriundos de autores de vários lugares do Brasil, organizado em três volumes, que perpassam pela educação brasileira estabelecendo liames com artefatos da história, política e cultura do nosso povo.

Educar é um ato político e ao mesmo tempo cultural. Os aspectos históricos da educação brasileira nos mostram seu percurso, possibilitando-nos, conhecer sua conjuntura e estrutura. Nos dias que correm, cabe o questionamento: que educação atenderia a conjuntura atual marcada por diversidades e por identidades plurais?

Nessa ótica de pensamento, o volume 1 desta coletânea, traz, em dois eixos temáticos, a educação em diálogo com aspectos significativos da diversidade de políticas e de culturas que povoam os espaços educacionais, se materializando em 24 textos reflexivos por onde perpassam termos que servem de guias para importantes debates e discussões. Tais como: autonomia, democracia, saberes pedagógicos, educação popular, sistema, instrução, intervenção, inclusão, prática, reinserção, interdisciplinaridade, direito de escolha, formação de professores, entre outros.

Isto dito, desejamos a todos, uma boa leitura.

Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Elisângela Maura Catarino

SUMÁRIO

EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM FOCO - PARTE I

CAPÍTULO 1	1
A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA ESCOLAR E FERRAMENTAS DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR	
Lidnei Ventura Klalter Bez Fontana Roselaine Ripa	
DOI 10.22533/at.ed.1112021071	
CAPÍTULO 2	12
A CONTRIBUIÇÃO DE CHARBONNEAU À EDUCAÇÃO: PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE SABERES PEDAGÓGICOS NO BRASIL ENTRE 1959 A 1987	
Jefferson Felliipe Jahnke	
DOI 10.22533/at.ed.1112021072	
CAPÍTULO 3	17
A DEMOCRACIA E A ESCOLA EM UM CENÁRIO PANDÊMICO: A MATERIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DIANTE DA COVID-19	
Renata Cecilia Estormovski Juliana Venzon	
DOI 10.22533/at.ed.1112021073	
CAPÍTULO 4	28
A EDUCAÇÃO POPULAR E O ENSINO DE HISTÓRIA: UM DIÁLOGO PEDAGÓGICO PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA	
Aline Praxedes de Araújo Aparecida Barbosa da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1112021074	
CAPÍTULO 5	39
A IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO À DISTÂNCIA, AOS MOLDES DO SISTEMA COLÉGIO MILITAR DO BRASIL, NA FRONTEIRA SUL-MATO-GROSSENSE	
Eduardo Freitas Gorga Elisa Pinheiro de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.1112021075	
CAPÍTULO 6	53
A IMPORTÂNCIA DO LETRAMENTO NO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA ANÁLISE SOBRE UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA EM UMA TURMA DO 6º ANO	
Rosimere dos Santos Nascimento Alves Hélio Rosa de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.1112021076	
CAPÍTULO 7	67
A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA NAS CADEIAS PARAENSES: ORIGENS E FUNCIONAMENTO (1871-1940)	
Cilicia Iris Sereni Ferreira Orlando Nobre Bezerra de Souza Ney Cristina Monteiro de Oliveira Raimundo Alberto de Figueiredo Damasceno	
DOI 10.22533/at.ed.1112021077	

CAPÍTULO 8 80

A INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA EM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NO CONTEXTO DA ORFANDADE E ADOÇÃO

Isabelle Cerqueira Sousa
Ana Maria Fontenelle Catrib
Sílvia Helena de Amorim Martins
Patrícia do Carmo Lima
Tallys Newton Fernandes de Matos
Luiza Valeska Mesquita Martins
Sarah Lorena Silva Macêdo

DOI 10.22533/at.ed.1112021078

CAPÍTULO 9 92

A INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO DENTRO E FORA DO AMBIENTE ESCOLAR

Lucio Araujo Fernandes

DOI 10.22533/at.ed.1112021079

CAPÍTULO 10 104

A PRÁTICA DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA E OS ESPAÇOS NÃO FORMAIS

Rodrigo Bastos Daude
Carlos Augusto Cardoso de Jesus
Gabrielle Correia Silva dos Santos
João Pedro Marques Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.11120210710

CAPÍTULO 11 116

A REINSERÇÃO DE JOVENS NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO: O PROJÓVEM URBANO NO HORIZONTE

Maria Aparecida de Queiroz
Marcos Torres Carneiro

DOI 10.22533/at.ed.11120210711

CAPÍTULO 12 127

AQUISIÇÃO DA ESCRITA E APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: VALORIZANDO OS SABERES DA COMUNIDADE LOCAL

Jullyane Glaicy da Costa Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.11120210712

EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM FOCO - PARTE II

CAPÍTULO 13 138

AS CIÊNCIAS SOCIOLOGICA E HISTÓRICA: UMA RELAÇÃO DE INTERDISCIPLINARIDADE ESTRUTURAL

Hélio Fernando Lôbo Nogueira da Gama

DOI 10.22533/at.ed.11120210713

CAPÍTULO 14 148

AS CONTRIBUIÇÕES DA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA NA PRÁTICA DO ENSINO FUNDAMENTAL I

Thais Tamires Guimarães da Costa
Francisca Celia Lima Paula
José Ygor Ribeiro dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.11120210714

CAPÍTULO 15	158
AS GINÁSTICAS E AS DIMENSÕES DO CONTEÚDO NO CONTEXTO ESCOLAR	
Kelly Silva Teixeira Thais Vinciprova Chiesse de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.11120210715	
CAPÍTULO 16	174
AS INFLUÊNCIAS DA FILOSOFIA NA FORMAÇÃO DOCENTE	
Leonardo Mendes Bezerra Marinete Aparecida Martins Leo Victorino da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.11120210716	
CAPÍTULO 17	182
ASPECTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E CULTURAIS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: SOBRE A UNIVERSIDADE, UM ESTUDO HISTÓRICO II	
Oscar Edgardo Navarro Escobar	
DOI 10.22533/at.ed.11120210717	
CAPÍTULO 18	194
BALANÇO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA: UNIVERSALIZAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS NOS CURSOS DE DIREITO DA REGIÃO DO VALE DO JAURU E DE CÁCERES – MT NO PERÍODO DE 2009-2019	
André Luiz Picoli Herrera	
DOI 10.22533/at.ed.11120210718	
CAPÍTULO 19	203
BILINGUISMO NA EDUCAÇÃO DE SURDOS NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	
Lineise Auxiliadora Amarilio dos Santos Cláudia Araújo de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.11120210719	
CAPÍTULO 20	213
CENTROS RURAIS DE INCLUSÃO DIGITAL E A FORMAÇÃO EM SERVIÇO: REFLEXÕES SOBRE/ A PARTIR DA METODOLOGIA SEQUÊNCIA FEDATHI	
Ana Carmen de Souza Santana Mirley Nádila Pimentel Rocha Roberta Cavalcante de França Lara Saldanha Meneses Nepomuceno	
DOI 10.22533/at.ed.11120210720	
CAPÍTULO 21	220
INOVAÇÃO PEDAGÓGICA NA PRÁTICA AVALIATIVA DE UMA GESTÃO DA SALA DE AULA EM CÍRCULO DE CULTURA	
Rilva José Pereira Uchôa Cavalcanti Zelia Maria dos Santos Freitas José Santos Pereira Glória Maria Alves Machado	
DOI 10.22533/at.ed.11120210721	

CAPÍTULO 22	226
CONTAR E OUVIR HISTÓRIAS: UM JEITO DIFERENTE DA CRIANÇA DESCOBRIR E COMPREENDER O MUNDO	
Maria Cristina Pinheiro da Silva	
Elaine Gaiva Leal	
Vanusa Aparecida Almeida	
Luiz Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.11120210722	
CAPÍTULO 23	233
CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DAS PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES	
Lucimara da Cunha Santos	
Dafne Fonseca Alarcon	
Soeli Francisca Mazzini Monte Blanco	
DOI 10.22533/at.ed.11120210723	
CAPÍTULO 24	243
DIREITO DE ESCOLHA? UM OLHAR SOBRE A SEDUÇÃO POLÍTICA DO NOVO ENSINO MÉDIO	
Erika Aparecida de Paula Silva Lima	
Bárbara Carine Soares Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.11120210724	
SOBRE OS ORGANIZADORES	254
ÍNDICE REMISSIVO	256

DIREITO DE ESCOLHA? UM OLHAR SOBRE A SEDUÇÃO POLÍTICA DO NOVO ENSINO MÉDIO

Data de aceite: 01/07/2020

Erika Aparecida de Paula Silva Lima

Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências/ PPGEFHC/ Universidade Federal da Bahia - Salvador/ Bahia

Bárbara Carine Soares Pinheiro

Docente do Instituto de Química e do Programa de Pós Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências/ PPGEFHC/ Universidade Federal da Bahia - Salvador/ Bahia

RESUMO: O artigo analisa o discurso sedutor das propostas governamentais do Novo Ensino Médio veiculado pelo Governo Federal a partir de 2018 e sua interlocução com a fragilização de acesso ao conhecimento pelas classes populares. Fazemos uma análise à luz das legislações, do percurso histórico do processo até os dias atuais. Perpassa pelas questões da escola atuar assim, no aperfeiçoamento da ordem social vigente (o sistema capitalista), articulando-se diretamente com o sistema produtivo e a política neoliberal de formação politécnica e voltada para atender o mercado. Tal discurso alicerçado na Medida Provisória nº 746/2016, transformada na Lei nº 13.415/2017. A pesquisa está alicerçada

no paradigma da teoria Crítica, sendo uma pesquisa documental, inserida nas concepções sobre trabalho-educação. Com base na Teoria da Argumentação, dentro das concepções de Chaïm Perelman, constatamos que o discurso do Governo Federal (MEC) não se prende somente à oratória, à beleza do discurso, às abordagens psicológicas e sociológicas da argumentação, mas prima pela força dos argumentos capazes de garantir a adesão do seu auditório.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Médio. MP nº 746/2016. Lei nº 13.415/2017. Teoria da Argumentação.

ABSTRACT: The article analyzes the seductive discourse of the government's proposals for New High School as of 2018 and its interlocution with the weakening of access to knowledge by the lower classes. We make an analysis in the light of the legislation, of the historical path of the process until the present day. The school's issues are dealt with in this way, improving the social order in force (the capitalist system), articulating itself directly with the productive system and the polytechnic formation totally focused on serving the market. Such discourse is based on the Provisional Measure no. 746/2016, transformed into Law no. 13.415/2017. The research is

based on the paradigm of Critical Theory, being a documental research, inserted in the conceptions about work-education. Based on the Theory of Argumentation, within Chaïm Perelman's conceptions, we find that the discourse of the Federal Government (MEC) is not only related to oratory, the beauty of discourse, psychological and sociological approaches to argumentation, but it excels in the strength of arguments capable of guaranteeing the adherence of its audience.

KEYWORDS: High school. MP no. 746/2016. Law no. 13.415/2017. Argumentation Theory

PROTAGONISTAS DA HISTÓRIA OU GUIADOS PELO CONTEXTO?

Você tem mais liberdade pra escolher!

É a liberdade que você queria para decidir o seu futuro de acordo com a sua vocação.

Quem conhece, aprova!

Você não é obrigada a estudar um monte de coisas que não tem ligação com seu futuro!

A proposta foi baseada em países que trata a educação como prioridade, é o melhor pra você!

O aprendizado será muito mais estimulante, não vai ser cansativo e será compatível com a realidade dos jovens de hoje.

Foco no projeto de vida do aluno!

Autonomia para trilhas acadêmicas e profissionais.

Formação técnica e profissional na carga horária do ensino médio.

Tudo de acordo com os meus sonhos e o que eu desejo para o meu futuro

Você pode terminar o ensino médio e receber um diploma de técnico em 3 anos!

Agora é você quem decide o que quer estudar!

QUE ESCOLHA?

Aprender o que se quer, gosta e escolhe! Esse tem sido o lema do Governo Federal nos últimos meses. O novo ensino médio, pauta atual da discussão do Ministério da Educação para reformulação das políticas educacionais para esta etapa da educação básica tem trazido a expectativa de renovação e diferenciação da atual forma de ensino. O direito de escolha, a liberdade de decisão do futuro acadêmico de acordo com a vocação pessoal são propagandas recorrentes da mídia televisiva e redes sociais, muito bem explorada pelo Governo Federal. A insistência midiática de referendar uma aprovação em massa das medidas e a veiculação de jovens felizes e “eufóricos” com a possibilidade de não estudar o que não tem ligação com o próprio futuro, encanta e seduz.

Externar que a proposta foi baseada em países que trata a educação como prioridade e que a aprendizagem será mais estimulante, menos cansativa e por certo, compatível

com as demandas da realidade dos jovens de hoje ecoam em comerciais assertivos muito bem elaborados por agências competentes de propaganda e marketing.

Trazer a o foco para o projeto de vida pessoal, em busca da autonomia para trilhas acadêmicas e profissionais nunca antes percorridas, possibilitar formação técnica e profissional dentro da carga horária com a promessa de um futuro promissor e abrangente dentro do mercado de trabalho alega qualquer expectador! E tudo isso de acordo com os os sonhos e desejo de futuro do jovem brasileiro.

Por fim e não menos importante, o aligeiramento acadêmico proposto de terminar o ensino médio e receber um diploma de técnico em 3 anos! Eis a oferta!

As afirmativas acima foram tiradas da mídia que veiculam as propagandas governamentais oriundas da lei 13.415/2017 que institui o tão falado Novo Ensino Médio. De acordo com site do Governo Federal (MEC,2017) tal legislação é fruto de longa discussão, que teve sua gênese em 1998 com grande debate e aprovação das diretrizes do EM de acordo com a nova legislação da LDB de 1996, perpassou pelo Seminário Nacional sobre reforma do ensino médio em 2002, mas em efeitos de financiamento se efetivou apenas em 2007 com a criação do FUNDEB (Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica) com a promessa de garantir a universalização do EM que foi estabelecido com o lançamento do Plano de Ações Articuladas. Tais articulações foram cruciais para que em 2009 criassem o Novo ENEM com a proposta de um Ensino Médio mais próximo da realidade educacional pretendida com as legislações promulgadas.

Diante disso, os trabalhos para pensar o “novo ensino médio” começou a tomar rumos mais seguros, tendo o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) criado o Grupo de Trabalho da Reforma do Ensino Médio.

Podemos registrar como importante caminho trilhado a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio em 2012, o Projeto de Lei (PL6840/2013) e o Plano Nacional da Educação (PNE - 2014) que traz a meta 3.1: “Institucionalizar programa nacional de renovação do ensino médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados...” Portanto, a reforma do ensino médio está sendo discutida há anos, assim enfatiza o Ministério da Educação (MEC).

Diante de tal afirmação, em 22 de setembro de 2016, precocemente após 22 dias da posse definitiva do atual Presidente da República Michel Temer, após o impeachment da então Presidente Dilma Rousseff, mesmo em meio a turbulências e rejeições por parte da população ao novo representante maior da Nação em um processo conturbado e carregado de dúvidas sobre legitimidade e autonomia, é colocada em pauta a Medida Provisória (MP) nº 746/2016. A brevidade da pauta alicerçou-se na tríplice concepção de que é necessário: “dispor sobre a organização dos currículos do ensino médio, ampliar progressivamente a jornada escolar deste nível de ensino e criar a Política de Fomento à

Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral” (BRASIL, 2016a).

Para além das discussões anteriores, muitas ainda que estavam em curso, o que se viu foi um aligeiramento unilateral por parte do governo para sancionar tais mudanças de âmbito tão abrangente. Tal urgência extrema da reforma do Ensino Médio, da “educação para o século XXI”, não seria um mecanismo para administrar a “questão social”? (FRIGOTTO, 2017).

Para além de uma mudança de rota do ensino médio, a questão de maneira muito mais ampla, é decisivamente uma questão social, como parte constitutiva das relações sociais capitalistas.

Conforme Neves (2005), cabe ao educador examinar com mais detalhe as ações sociais desenvolvidas pelos organismos da superestrutura nesse sentido.

Assim compreendendo

um dos equívocos mais frequentes e recorrentes nas análises da educação no Brasil, em todos os seus níveis e modalidades, tem sido o de tratá-la em si mesma e não como constituída e constituinte de um projeto dentro de uma sociedade cindida em classes, frações de classes e grupos sociais desiguais e com marcas históricas específicas - colônia durante séculos, escravocrata e, atualmente, capitalismo associado e dependente (FRIGOTTO, 2001)

O DIREITO DO EXCLUÍDO

Representantes do Governo Federal, em audiências públicas tem defendido as seguintes premissas para a mudança do Ensino Médio:

O IDEB está estagnado desde 2011, mas, se olharmos os resultados dos últimos dez anos, crescemos apenas 0,3. [...] O ensino médio, que hoje tem um modelo único no Brasil, forma o jovem exclusivamente para a entrada na universidade. [...] E apenas 16%, 17% dos jovens hoje acabam ingressando na universidade. [...] O Brasil, comparado com outros países do mundo, tem 8,4% de matrículas apenas em ensino técnico (Rossieli Soares da Silva). O Brasil é o único País do mundo que tem o ensino médio único, igual para todos, com um currículo obrigatório de no mínimo 13 disciplinas, podendo chegar a até 18 disciplinas. [...] (Maria Helena Guimarães de Castro) O nosso Ideb do ensino médio está estagnado desde 2011. O desempenho em Português e Matemática é menor hoje do que em 1997, o que, para mim, é uma tragédia. [...] (Mendonça Filho)

Nessa perspectiva, são apontadas duas requisições, conforme expressa (MOTTA e FRIGOTTO, 2017):

1. A melhoria do ensino, tendo como referencial os critérios de qualidade definidos pela Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE), por meio do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), e os sistemas de avaliação nacional e estaduais, tais como o Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB), baseados nos mesmos critérios: português, matemática e, recentemente, ciências;

2. A modernização do Ensino Médio, no sentido de flexibilizar o currículo por áreas de conhecimento, voltando-se para as aptidões dos alunos e das unidades escolares.

Um dos pontos mais controversos dessa reforma diz respeito à organização curricular

em áreas de conhecimento, com a primeira parte comum a todos os estudantes e a segunda específica segundo a escolha do estudante por uma das áreas de aprofundamento - linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica profissional. A retórica reformista é a flexibilização e o enxugamento de conteúdos de acordo com os percursos formativos. Porém, na prática esse modelo visa apenas à redução. O objetivo central da reforma está mais relacionado à lógica do mercado do que à expansão das fronteiras do pensamento. (PIMENTA, 2016). Assim compreendemos que

O enorme desenvolvimento alcançado pela atividade e pela organização escolar (em sentido lato) nas sociedades que surgiram do mundo medieval indica a importância assumida no mundo moderno pelas categorias e funções intelectuais: assim como se buscou aprofundar e ampliar a “intelectualidade” de cada indivíduo, buscou-se igualmente multiplicar as especializações e aperfeiçoá-las. É este o resultado das instituições escolares de graus diversos, inclusive dos organismos que visam a promover a chamada “alta cultura”, em todos os campos da ciência e da técnica. (GRAMSCI, 1982, p.9).

Não à toa o empresariado tem se mostrado profundamente interessado nas bases dessa reforma, pois a contribuição da educação para a produção de sujeitos sociais, como trabalhadores, consumidores, cidadãos que se mostrem adaptados à atual forma de organização produtiva do capital, de caráter neoliberal, e à sociabilidade dela decorrente, em diferentes planos, tendo em vista tal adaptação, com apoio no que tem sido denominado de trabalho imaterial e capitalismo cognitivo (cf. CAMARGO, 2011).

É uma linha tênue e de muita perspicácia, assim a dominação refere-se à apropriação do saber construído historicamente e os dominantes perpetuam seu ponto de domínio mediante a conter e administrar em conta gotas os bens culturais que são direito de todos. Mas, dado em doses condizentes com os seus interesses.

Pensar nessas questões urge, à medida que todos estaremos nesse processo e seremos alvos desta proposta que acima de tudo fragiliza aqueles que sempre tiveram o direito negado.

A MP nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017) promove a reestruturação do currículo do Ensino Médio em duas etapas: uma composta pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que foi homologada em dezembro de 2017 e a outra enfatizando as áreas de linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional, a ser implementada, progressivamente, em tempo integral.

A BNCC definirá as competências e conhecimentos essenciais que deverão ser oferecidos a todos os estudantes na parte comum (1.800 horas), abrangendo as 4 áreas do conhecimento e todos os componentes curriculares do ensino médio definidos na LDB e nas diretrizes curriculares nacionais de educação básica. Sendo que 60% da Base Nacional Curricular Comum e 40% dos itinerários formativos, não é sinônimo de aumento de qualidade. Muitos municípios possuem apenas uma escola de ensino médio, o que inviabilizaria a “escolha”. Outros não tem em seu quadro docente o quantitativo necessário para a tal escolha e nem possuem a infraestrutura para a escola de tempo integral.

A fragmentação do ensino médio em itinerários formativos específicos fere o direito ao conhecimento para a ampla maioria dos estudantes que se encontram no ensino médio público. (Iria Brzezinski, Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – ANFOPE)

Diante de tais argumentos, pensar na proposta analisando o direito do excluído é questão primordial e urgente.

A SEDUÇÃO DOS ARGUMENTOS

Para análise das questões referentes a temática é necessário olhar a dimensão ontológica com um recorte perpassando pela visão de Ensino Médio e Educação Profissional defendida pelo Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) através do Decreto 2208/1997. Diante disso podemos entender que tal temática estava alicerçada nos arranjos produzidos pelo capital e para atender as demandas de âmbito internacional. O caldo de cultura que orientou a formulação das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM) e, posteriormente, da Educação Profissional, na época foi constituído a partir do discurso do Governo Federal influenciado por entidades internacionais e publicações como o Relatório Delors (1998) e pelo documento da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), *Educación y conocimiento: eje de la transformación productiva con equidad* (CEPAL/OREALC, 1992). Ambos os documentos enfatizaram tanto a difusão do progresso técnico quanto a coesão social. (FERRETI e SILVA, 2017).

O governo FHC propôs foi a formação politécnica, tal decisão em plena concordância com o proposto pelo Consenso de Washington, não observando as especificidades internas e muito menos o descontentamento de boa parte dos profissionais da educação envolvidos nesse processo.

No final dos anos 90, uma gama de documentos para direcionar as ações educacionais foram produzidos e introduzidos pelo MEC na educação nacional, tais como: Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM). Diante de tais documentos, a organização curricular seria por competências e habilidades, baseadas para atender a demanda produtiva de mercadorias e serviços, em acelerado processo de transformação (BRASIL, 1998).

No Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva o mesmo não encontrou muito respaldo em suas propostas no MEC e CNE conforme apontam Frigotto et al.(2005). Apenas dez anos após a promulgação se conseguiu efetivar o proposto no Decreto nº 5.154/2004 — Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio — voltado para a formação de professores. Apesar disso, consideráveis avanços foram registrados, tais como: a expansão do Ensino Técnico de nível médio, a transformação das escolas agrotécnicas e Centros Federais (CEFET'S) em Institutos Federais. Lula deu especial

atenção as questões sociais primordiais para o avanço da educação e sua sucessora Dilma Rousseff manteve e ampliou muitas das suas propostas, mas tendo como pilar das ações educacionais o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Após significativos avanços, em decorrência do impeachment da Presidente Dilma, chegamos a situação de 2017, com poucos avanços na questão social, uma extrema preocupação com os moldes de uma educação aligeirada, tecnicista, voltada para atender as demandas do mercado de trabalho, conforme moldes da LDB 5692/71, ressalta-se que tal legislação foi publicada em 11 de agosto de 1971, durante o regime militar pelo presidente Emílio Garrastazu Médici. Legislação voltada para a visão tecnicista da educação.

Vale destacar que quem ocupa hoje postos estratégicos no MEC são as mesmas pessoas que lá estavam quando da elaboração das primeiras DCNEM, em 1998. Isso nos levou a indagar em que medida a MP nº 746 já não seria ela mesmo resultado da produção de intelectuais orgânicos a uma ordem que se busca (re)estabelecer e, por isso, retoma as mesmas propostas, quais sejam, de que as finalidades do ensino médio se encerram em sua adequação ao mercado e atendimento às prescrições de organismos internacionais (FERRETI e SILVA, 2017).

Pensar numa educação voltada exclusivamente para tal demanda é suprimir todo o contexto de uma educação revolucionária. Tal revolução aplicada nesse contexto como instrumento de transformação social e acesso aos conhecimentos produzidos historicamente. (SAVIANI, 2011)

CAMINHOS TRILHADOS

O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos específicos, a serem definidos pelos sistemas de ensino, com ênfase nas seguintes áreas de conhecimento ou de atuação profissional: I - linguagens; II - matemática; III - ciências da natureza; IV - ciências humanas; e V - formação técnica e profissional. § 1º Os sistemas de ensino poderão compor os seus currículos com base em mais de uma área prevista nos incisos I a V do caput. § 3º A organização das áreas de que trata o caput e das respectivas competências, habilidades e expectativas de aprendizagem, definidas na Base Nacional Comum Curricular, será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino (BRASIL. MP 476/2016, art. 36).

Apesar de uma aparente autonomia dada as Instituições, a escolha dos percursos formativos pelos estudantes, as escolas poderão ou não oferecer mais de uma área, visto a falta de recursos materiais e humanos nesse contexto. Assim, a “escolha” tão sonhada e almejada deverá perpassar pela possibilidade de oferta da escola em questão.

Para convencer da legitimidade e necessidade desse novo ensino que décadas atrás destinava-se tão somente a preparar jovens elitizados para o ingresso à universidade, mas que hoje atende a alunos de diversas classes sociais, formações culturais e objetivos

de vida (MENEZES, 2001) as propagandas trazem à tona que se tudo mudou o ensino também deve mudar, deve preparar para o mercado de trabalho e o que mais o jovem quiser. Sem olhar as mazelas, o discurso foca na visão imediatista de que é necessário uma nova perspectiva neoliberal de educação para uma sociedade que tem novos estudantes, destaca o que é o Novo Ensino Médio para a população do ponto de vista de uma profunda sedução das benéfcias, sem trazer em pauta as dificuldades do processo e as peculiaridades locais.

A sedução do discurso alcança a juventude, corroborando com o momento de escolha, decisão, rebeldia, descontentamento... onde o jovem quer tomar as rédeas de sua vida e destino. Que jovem não quer ter o direito dessa escolha também na sua formação?

O Ministério da Educação traz à tona a necessidade de liberdade da sociedade pós-moderna, seu grito de autonomia e narcisismo. Eu escolho, eu decido!

Levando isso em consideração, Pierre Lévy (2015), destaca que para respondermos à aceleração da mudança, o uso das técnicas digitais de simulação, de acesso à informação em tempo real e de comunicação interativa pode se revelar muito útil, entre todos os cidadãos. É fácil relacionar essa observação na temática da Reforma do Ensino Médio, pois os receptores dessas informações interagem e são influenciados por essas interações midiáticas. Por outro lado, visualiza-se a propaganda oficial como instrumento, ideologicamente marcado, de persuasão social empregado pelo governo, que se utiliza dos recursos gráficos e sonoros próprios dos meios midiáticos, a fim de apregoar a viabilidade de um diálogo democrático com a população. (KASPARI e FREITAS, 2017).

CONSIDERAÇÕES DO PERCURSO

Pensar na reforma como única questão para abrir as portas do crescimento econômico é minimizar os problemas educacionais do País a um currículo. Assim, a Lei nº 13.415/2017 expressa que investir no capital humano visando maior produtividade; modernizar a estrutura curricular, flexibilizando por áreas de conhecimento; e melhorar os resultados do desempenho escolar é totalmente viável com tal aprovação.

Desde as discussões iniciais no ano 2000, a proposta da reforma constituiu-se em um ajuste conservador, que retrocede aos anos 40, quando a dualidade estrutural, agora revigorada, estabelecia uma trajetória para os intelectuais e outra para os trabalhadores, entendendo-se que essas funções eram atribuídas com base na origem de classe. Mesmo considerando que a universalização da educação básica vem sendo defendida de forma unânime por distintos atores sociais, que a formação para o trabalho anterior a ela é precoce e precária, e que o Primeiro Mundo já resolveu esse estágio, é preciso levar em conta as peculiaridades do caso brasileiro, onde a inexistência de dotação orçamentária ainda se mantém e apenas 25% dos jovens em idade de Ensino Médio são atendidos

(KUENZER, 2000).

Segundo Pierre Lévy (2015, p. 64), a relação entre política e sociedade é estreita, posto que, as infraestruturas de comunicação e as tecnológicas intelectuais sempre ocorreram de maneira desordenada, dessa maneira, determinando as formas de organização política e econômica de uma sociedade. Assim, viabilizando que: A intensa divulgação do MEC na página do *Facebook* não tenha sido escolhida de maneira aleatória, os responsáveis perceberam que essa é a mídia em que os internautas escrevem mais comentários, reagem, compartilham, por isso, a interatividade constante ocorre nesse meio.

Logo, se se deseja argumentar, é imprescindível que o orador reflita sobre os argumentos que poderão influenciar um determinado auditório, pois se assim não for, incidirá no que PERELMAN designa de petição de princípio. Ou seja, de certa maneira, o Ministério da Educação planejou estratégias para dirimir as tensões e indesejados debates sobre o assunto.

Todo o projeto de massificação da ideia do “bom e proveitoso” permite analisar identidades discursivas operam como estratégia de captação do público e o direcionam para a adesão ao projeto educacional apresentado. Assim, enfatizando a ampla participação dos envolvidos nas discussões sobre o projeto, há um inebriar do real contexto, alicerçados no princípio da participação coletiva, da democracia, a intenção é acomodar a opinião pública, desbaratando conflitos e conseqüentemente levantes.

A exemplo disso, indo além das mídias sociais, podemos citar um dos comerciais televisivos produzidos pelo MEC, onde os jovens do vídeo afirmam: “quem conhece o ensino médio, aprova” e ao final do comercial, existe uma porcentagem de pesquisa do Ibope, afirmando que, 72% dos brasileiros aprova a reforma, no entanto, de acordo com os dados divulgados pelo *Jornal Zero Hora*¹⁰, estima que 78% dos entrevistados foram brasileiros de 55 anos ou mais, já os jovens entre 16 e 24 ouvidos, os 35%, mostram-se desfavoráveis ao novo modelo.

Esse conjunto de espíritos aludido, enebriados por uma legislação que os compreende é o que PERELMAN chama de auditório. É que, todo discurso possui um contexto e, conseqüentemente, um auditório para o qual ele é elaborado e o se amoldar àquele auditório é a condição para que exista a persuasão. Com base na nova retórica podemos perceber que o MEC não se prende somente à oratória, à beleza do discurso, às abordagens psicológica e sociológica da argumentação, mas prima pela força dos argumentos capazes de garantir a adesão do seu auditório.

Não deixamos de analisar que algo deveria ser feito, um olhar minucioso e cuidadoso para o Ensino Médio nacional é necessário, compreendemos que um olhar para a omnilateralidade desse processo urge. Não se trata do esvaziamento do discurso da necessidade da “reforma” mas que a discussão permeie as bases em todas os processos, levando em consideração as peculiaridades locais de um País tão plural e acima de tudo, que esse Projeto seja comprometido com os filhos da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

- ALVES Andreza, OLIVEIRA Enderson **O Novo Ensino Médio: uma análise de diálogos na era da pós-verdade** Puçá - Revista de Comunicação e Cultura da Faculdade Estácio do Pará - Belém, Ano 2, Vol. 2, no 1. Jan./Jun. 2016 ISSN - 2526-4729 Disponível em: revistaadmmade.estacio.br/index.php/puca
- APPLE, Michael. **Ideologia e currículo**. Tradução Vinícius Figueira. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006
- BERTOL, Carolina Esmanhoto; SOUZA, Mériti de. **Transgressões e adolescência:: individualismo, autonomia e representações identitárias**. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 30, n. 4, p. 824-839, dez. 2010 .
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 5, de 4 de maio de 2011. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, 2011.
- _____. **Congresso Nacional. Projeto de Lei nº 6.840/2013**. 2013. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=602570>>. Acesso em: 20 fev. 2017.
- _____. **Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 3, de 26 de junho de 1998**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03_98.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2017.
- _____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. D.O.U., Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 fev. 2017.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 5692, 11 de agosto de 1971.
- _____. **Medida Provisória MPV 746/2016**. Brasília, 22 set. 2016a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm>. Acesso em: 21 jan. 2017.
- CAMARGO, S. **Considerações sobre o conceito de trabalho imaterial**. *Pensamento Plural*, Pelotas, n. 9, p. 37-56, jul./dez. 2011.
- CURRICULO NA REFORMA <http://www.vermelho.org.br/noticia/287240-1> acessado em 06 de fevereiro de 2018 às 16h29
- FERRETI, Celso João, SILVA, Monica Ribeiro, REFORMA DO ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 746/2016: ESTADO, CURRÍCULO E DISPUTAS POR HEGEMONIA. *Educação & Sociedade* 2017, 38 (Abril-Junho) : [Ficha de consulta: 7 de fevereiro de 2018] ISSN 0101-7330 Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87351644008>>
- FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.
- GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. **“O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil”**. In: *Trabalho e Crítica*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1982.
- JUSTINO, Guilherme. **É isso mesmo? Checamos dados que o MEC usa para divulgar a reforma do Ensino Médio**. *Jornal Zero Hora*, 15 de março de 2017. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/educacao/noticia/2017/03/e-isso-mesmo-checamos-dados-que-o-mec-usa-para-divulgar-a-reforma-do-ensino-medio-9748922.html>>. Acesso em 4 de fevereiro de 2018.

KASPARI, Tatiane, & FREITAS, Ernani César. **Quem Conhece Aprova? Análise Discursiva da Propaganda Governamental do Novo Ensino Médio.** Cadernos de Linguagem e Sociedade, 18(3), 2017

KUENZER, Acácia Zeneida. **O Ensino Médio agora é para a vida: Entre o pretendido, o dito e o feito.** Revista Educação & Sociedade, ano XXI, nº 70, Abril/00

LIMA, K.R.S.; MARTINS, A.S. **Pressupostos, princípios e estratégias.** In: NEVES, L.M.W. (Org.). A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005. p. 43-67.

LUCKESI, Cipriano. Carlos. **Filosofia da Educação** – São Paulo : Cortez, 2004.

MOTTA, V. Cardoso da, & FRIGOTTO, G. (2017). **Por que a urgência da Reforma do Ensino Médio?** Medida Provisória Nº 746/2016 (LEI Nº 13.415/2017). *Educação & Sociedade*, 38 (139), 355-372.

NEVES, L.M.W. (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso.** São Paulo: Xamã, 2005.

NOVO ENSINO MÉDIO. Propagandas Institucionais. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=P_1iPX6Ui54: Acesso em 26 de janeiro de 2018. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=kdERkLO3eTs> Acesso em 26 de janeiro de 2018. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=C-M_ewoa0iYAcesso em 26 de janeiro de 2018.

PERELMAN, Chaïm; e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica.** São Paulo: Martins Fontes, 1999

PESQUISA: **Aceitação Presidencial** <https://oglobo.globo.com/brasil/levantamento-aponta-temer-como-presidente-mais-rejeitado-do-mundo-21994959> acessado em 05 de fevereiro de 2018 às 17h03min

POCHMANN, M. Comunicado IPEA n.º 104. Brasília: Ipea, 2011. REVISTA POLI. **Radars dos Técnicos. Públicos Prioritários no Pronatec.** Revista POLI: Saúde, Educação e Trabalho, Rio de Janeiro, ano IX, n. 48, p. 5, nov./dez. 2016.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política.** 39 ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

_____. **Pedagogia Histórico-Crítica e luta de classes na educação escolar.** Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SOUZA, Charles T. **O Acesso a Escola Pública, Gratuita e Universal no Capitalismo.** Revista da Representação Estudantil do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia, 2000

SOBRE OS ORGANIZADORES

MARCELO MÁXIMO PURIFICAÇÃO – Pós-doutorado em Educação pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (FPCE/UC Portugal, 2014-2016). Pós-doutorado (em andamento) em Formação de professores, Identidade e Gênero pelo Instituto Politécnico da Escola Superior de Educação de Coimbra ESEC (2017-); Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Goiás PUC/Goiás (2010-2014, CAPES 5); Doutorado em Ensino (em andamento), com objeto de tese na área da Educação Matemática/Desenvolvimento Profissional de Professores e tecnologias pela Universidade do Vale do Taquari/UNIVATES (2018 -, CAPES 4); Doutorado em Educação (em andamento), com objeto de tese na área de Currículo e Identidade Juvenis pela Universidade Luterana do Brasil/ ULBRA (2020 -, CAPES 5); Mestre em Teologia: Educação Comunitária Infância e Juventude pelas Faculdades EST (2007-2008, CAPES 5). A nível de graduação possui formação multidisciplinar com: Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Goiás (2005); Licenciatura em Pedagogia habilitação: séries iniciais, orientação e supervisão escolar, pelo Instituto de Ciências Humanas e Sociais ICSH (2005) e Licenciatura em Filosofia pela Faculdade Batista Brasileira/FBB (2011). É professor Titular C-II da Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior/FIMES/UNIFIMES desde 2014 (Onde atua em atividades de ensino, pesquisa e extensão na graduação e pós-graduação) e professor P-IV da Secretaria Estadual de Educação de Goiás desde 1999 na disciplina de Matemática. Atua, ainda, como Docente Permanente nos seguintes Programas: Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado) da Faculdade de Inhumas FACMAIS, Linha 2 Educação, Cultura, Teorias e Processos Pedagógicos; Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado) da Fundação Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul UEMS, Linha 1 Currículo, Formação Docente e Diversidade (Cooperação técnica nº 1038/2019. Publicado no D. O. nº 10038 de 28/11/2019) e do MPIES Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social da Universidade do Estado da Bahia UNEB (Colaboração Técnica, sem vínculo empregatício), na Linha 2 Novas Formas de Subjetivação e Organização Comunitária. Coordenador do Grupo de Pesquisa (NEPEM/UNIFIMES-CNPq); Colíder do Grupo de Pesquisa em Educação, Tecnologias Sociais e Desenvolvimento no interior do Amazonas (do IFAM). Associado na ANPED/Nacional. Membro da Comissão Editorial da Revista Científica em Educação da FACMAIS (2020 -); Membro do Comitê Científico da Editora Atena (2019 -); Editor da Revista Científica Novas Configurações Diálogos Plurais (2020 -). Tem experiência na área da Educação atuando no eixo da Diversidade. Atualmente interessa-me pesquisa em dois grupos temáticos: I Processos Educativos: Formação de Professores, Políticas Educacionais, Currículo, Desenvolvimento Profissional, Ensino e Tecnologia; II Estudos Culturais: Identidade, Representação, Gênero, Violência, Negritude, Religiosidade e Cultura. E-mail: maximo@unifimes.edu.br

MARIA TERESA RIBEIRO PESSOA - Doutoramento em Ciências da Educação pela Universidade de Coimbra. Mestrado em Ciências da Educação – Psicologia da Educação pela Universidade de Lisboa. Licenciatura em Psicologia – Universidade de Coimbra. Professora Associada da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Tem desenvolvido trabalho com docente nas áreas da formação de professores e da utilização pedagógica das tecnologias e lecionado, a nível nacional e internacional, em mestrados e doutoramentos nestas mesmas áreas. Assim lecionou diversos temas (Formação Narrativa de Professores, Tecnologia Educativa, Teoria da Educação, Conceção e Produção de Materiais Educacionais, Teorias e Modelos de Formação de Professores, Inovação Pedagógica) em várias Universidades Portuguesas (Lisboa, Porto, Braga, Coimbra) em Universidades Brasileiras (Paraná, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro) e em

Espanha (Universidade Autónoma de Madrid, Universidade de Granada, Universidade de Málaga Universidade de Salamanca) e Universidade Karlova de Praga. Coordenou projetos luso-espanhóis na área de formação de professores assim como integrou projeto luso-brasileiro no âmbito da pedagogia universitária. Atualmente participa em projetos nacionais e internacionais nas áreas do e-learning, da aprendizagem ao longo da vida e da avaliação da formação de professores. Coordena atualmente a equipa portuguesa de dois projetos Erasmus+I Capacity Building Projects na área da formação de professores do ensino superior. Tem, atualmente, a responsabilidade de assegurar a coordenação pedagógica do projeto de Ensino a Distância da Universidade de Coimbra onde tem sido responsável por diversos cursos em B-learning e D-learning no domínio da formação de professores e da formação ao longo da Vida. Membro integrado do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX. Universidade de Coimbra. E-mail: tpessoa@fpce.uc.pt

ELISÂNGELA MAURA CATARINO - Pós-doutorado em Educação Especial pela Escola Superior de Educação de Coimbra – ESEC/Pt (Em andamento). Doutora em Ciências da Religião pela PUC-Goiás. Mestra em Teologia: Educação Comunitária Infância e Juventude pela EST/UFRGS. Graduada em Letras pela UEG e em Filosofia pelo ICSH. Professora efetiva da Secretaria Estadual de Educação de Goiás e Professora Titular da Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior (FIMES). Pesquisadora vinculada ao Núcleo de Estudo Pesquisa Multidisciplinar (NEPEM). Colíder do Grupo de Estudos Psicologia, Processos Educativos e Inclusão (PPEI) da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Atualmente estuda e pesquisa sobre a Educação Especial e Formação do Leitor. E-mail: maura@unifimes.edu.br

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adoção 51, 80, 81, 82, 83, 87, 88, 90, 91, 98, 109, 194, 201, 203, 204

Análise de Conteúdo 174, 180

Aprendizagem Significativa 127, 130, 136, 137, 148, 149, 151, 152, 156, 157

Aquisição da Escrita 127

Autonomia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 24, 28, 30, 37, 42, 43, 49, 64, 95, 120, 164, 172, 180, 181, 187, 188, 189, 219, 235, 244, 245, 249, 250, 252

B

BNCC 3, 28, 29, 33, 36, 62, 127, 128, 130, 165, 166, 168, 169, 171, 247

Brasil Colônia 70, 182

C

Círculo de Cultura 220, 221, 222, 223, 224, 225

Conselho Deliberativo 1, 2, 6, 8, 9

Cotas 194, 197, 198, 199, 200, 201, 202

Cultura Popular 30, 31, 127, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137

D

Democracia 5, 7, 8, 11, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 143, 180, 189, 192, 242, 251, 253

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 58, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 77, 78, 79, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 136, 137, 140, 150, 151, 152, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 168, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 231, 232, 233, 234, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255

Educação à Distância 39, 100

Educação Básica 3, 4, 18, 25, 42, 47, 62, 65, 67, 68, 93, 95, 96, 105, 127, 128, 129, 130, 132, 136, 137, 168, 169, 171, 172, 180, 203, 224, 238, 244, 245, 247, 250

Educação Física 77, 158, 159, 160, 162, 164, 171, 172, 173

Educação Popular 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 37, 38

Educação Prisional 67

Educação Superior 51, 53, 93, 95, 96, 182, 187, 188, 192, 194, 195, 201, 220, 221, 223, 242

Ensino Fundamental 24, 38, 41, 43, 44, 53, 55, 56, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 94, 95, 96, 97, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 125, 130, 137, 148, 149, 157, 169, 189

Ensino Médio 24, 25, 28, 31, 33, 36, 38, 39, 41, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 54, 65, 94, 95, 96, 97, 121, 169, 178, 199, 201, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253

F

Formação Docente 155, 174, 176, 178, 180, 219, 254

Formação em Serviço 213, 214, 215, 216, 218

Fronteira 39, 40, 41, 43, 44, 45, 48, 50, 51, 203, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 235, 236

G

Gestão da Sala de Aula 220, 221, 223

Gestão Democrática 1, 5, 7, 8, 9, 10, 24, 26, 27

Ginásticas 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 167

H

História 2, 7, 8, 12, 13, 15, 16, 22, 23, 28, 31, 34, 35, 36, 38, 48, 57, 67, 68, 79, 81, 84, 90, 111, 112, 113, 114, 126, 132, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 166, 170, 175, 177, 180, 182, 183, 187, 190, 191, 192, 193, 219, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 235, 238, 243, 244, 252

história da educação 2, 7, 8, 13

História da educação 15, 67, 68, 193

História da Educação 12, 38, 180, 193

I

Igreja Católica 12

Inclusão 116, 117, 119, 121, 122, 125, 126, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 205, 209, 212, 213, 214, 215, 216, 236, 255

Inclusão Digital 213, 214, 215, 216

Interdisciplinaridade 29, 138, 139, 142, 147, 224, 225, 234, 235, 236, 237, 241, 242

L

Letramento 53, 54, 55, 58, 61, 65, 66, 127, 129, 130, 131, 211

M

Mapas Conceituais 148, 151

O

Orfandade 80, 81, 82, 91

P

Paulo Freire 5, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 38, 107, 158, 159, 193, 222, 224, 225

Políticas Afirmativas 194, 196, 197, 198, 199, 200, 202

Políticas Educacionais 2, 3, 17, 19, 24, 61, 113, 120, 182, 224, 244, 254

Psicopedagogia 80, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 101, 103

R

Reinserção 116, 117, 118, 119, 121, 125

Residência Pedagógica 148, 149, 151, 156

S

Sociologia 48, 138, 139, 140, 142, 143, 147, 166, 181, 235

V

Violência no Trânsito 92, 94, 99, 101

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br